

Vera Aguiar Cotrim

Vladimir Pinheiro Safatle

(pesquisador responsável)

**Dialética e horizonte político nas críticas econômicas
de Hegel e Marx**

Departamento de Filosofia
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

2017

Projeto de pós-doutorado

Dialética e horizonte político nas críticas econômicas de Hegel e Marx

Resumo: Este projeto busca revisitar o tema da dialética em suas versões originais idealista e materialista, a partir do modo como seus principais pensadores, Hegel e Marx, abordaram a economia política. O modo como cada um dos pensadores compreende a produção da riqueza na sociedade civil (ou esfera das vidas privadas), o liberalismo, bem como a categoria mesma de *sociedade civil* trazem os diferentes horizontes políticos que eles visam e do qual partem. Esses *horizontes*, que delimitam distintas noções de liberdade, estão, por sua vez, em conexão com o caráter idealista ou materialista da compreensão do movimento da história em cada um dos autores. Busco nesta pesquisa abordar o tema do trabalho, das trocas e da riqueza em Marx e Hegel em conexão com seus respectivos horizontes políticos e apresentar o modo como os caracteres idealista ou materialista da dialética da história se moldam a partir da posição de classe que cada um dos autores assume em seus diferentes momentos históricos.

Palavras-chaves: Marx, Hegel, dialética, economia política, liberalismo

Candidata: Vera Aguiar Cotrim

Supervisor: Vladimir Pinheiro Safatle

Instituição: Departamento de Filosofia – FFLCH – USP

Postdoctoral Project

Dialectics and political horizon in the economical critics of Hegel and Marx

Abstract: This research aims to revisit the theme of dialectics in its original idealistic and materialistic versions, from the way in which its first thinkers, Hegel and Marx, approach the political economy. The different ways in which each one comprehend the production of wealth in civil society (or sphere of private life), as well as the category of civil society itself, bring the different political horizons that they aim and from which they depart. These horizons, which delimit distinct notions of freedom, are in both authors linked to the idealistic or materialistic character of their understanding of the movement of history. I seek in this research to address the themes of labor, exchange and wealth in Marx and Hegel in connection with their respective political horizons. I intend also to present the ways in which the idealistic or materialistic characters of the dialectics of History constitute themselves from the perspective of different social classes that each of the philosophers adopt, according to their specific historical moment.

Key words: Marx, Hegel, dialectics, political economy, liberalism

Candidate: Vera Aguiar Cotrim

Supervisor: Vladimir Pinheiro Safatle

Institution: Department of Philosophy– FFLCH – USP

Sumário

1. Objetivo	01
2. Justificativa	01
2.1. A dialética na crítica à economia política de Marx	01
2.2. A dialética na crítica ao liberalismo de Hegel	06
2.3. Revolução e horizonte político em Hegel e Marx	11
3. Metodologia e Resultados	13
4. Estágio no Exterior	15
5. Cronograma	15
6. Bibliografia	16

Dialética e horizonte político nas críticas econômicas de Hegel e Marx

1. Objetivo

Este projeto busca revisitar o tema da dialética em sua elaboração idealista e materialista, a partir do modo como seus primeiros pensadores, Hegel e Marx, abordaram a economia política. O modo como cada um dos pensadores compreende a produção da riqueza na sociedade civil (ou esfera das vidas privadas), bem como a categoria mesma de *sociedade civil*, trazem os diferentes horizontes políticos que eles visam e do qual partem. Esses *horizontes*, que delimitam distintas noções de liberdade, estão, por sua vez, em conexão com o caráter idealista ou materialista da compreensão do movimento da história em cada um dos autores. Busco nesta pesquisa abordar o tema do trabalho, das trocas e da riqueza em Marx e Hegel em conexão com seus respectivos horizontes políticos e apresentar o modo como os caracteres idealista ou materialista da dialética da história se moldam a partir da posição de classe que cada um dos autores assume em seus diferentes momentos históricos.

2. Justificativa

Tendo como objetivo relacionar a determinação materialista ou idealista do movimento da história com o horizonte de classe que Hegel e Marx assumem, a partir de suas distintas críticas econômicas, procuro primeiro delinear em traços gerais essa crítica mesma em cada um dos filósofos dialéticos.

2.1. A dialética na crítica à economia de Marx

No que diz respeito a Marx, é sabido que, com sua crítica à economia política, ele promove um salto na ciência econômica. Partindo da leitura da economia política clássica, Marx subverte os fundamentos dessa ciência e, por meio da crítica, alça o conhecimento do capital a um novo patamar. Um aspecto determinante da possibilidade desse salto é a compreensão histórica e dialética do objeto econômico: a produção da vida material, da qual o capital é uma forma determinada. Vale recuperar brevemente dois aspectos de sua leitura da economia política que mostram a dialética como fundamento da crítica.

Para Marx, a investigação científica não pode se furtar à busca da gênese do objeto. Mas, além da pergunta que inquirir sobre a origem, a investigação deve dirigir-se ao próprio objeto, e esta é também uma especificidade da ciência: o pensamento não-científico também pode responder à questão sobre a origem de um dado objeto, como fazem as explicações

mitológicas ou religiosas, mas direcionam a resposta para fora dele. A crítica de Marx à economia política organiza-se em torno da explicitação do caráter científico ou não-científico das teorias que aborda. Em Marx, todo o exame da economia política se pauta pela distinção entre as contribuições para a ciência econômica, por um lado, e as teses de caráter vulgar, bem como as teorias apologéticas, por outro. As teorias vulgares não constituem conhecimento científico por não romperem o nível da aparência; as apologéticas, mais do que simples expressões sem conteúdo científico, são elaboradas em prol da defesa de classes sociais específicas, subordinando a pesquisa científica a interesses alheios a ela. Importa a Marx reconstituir a história da ciência econômica, destacá-la do fundo comum dos escritos econômicos de toda espécie, e é nesta investigação que Marx constrói sua própria contribuição a esta mesma ciência. O *alcance político* de sua crítica da economia política está diretamente relacionado com o estatuto científico de suas próprias teses e das teorias que aborda.

Embora Marx explicita a apologia e demonstre o caráter vulgar de diversas teses elaboradas no decorrer da história do pensamento econômico, o cerne de sua crítica à economia política se dirige não a tais teorias, mas, ao contrário, ao que considera as verdadeiras descobertas científicas da ciência econômica. Por proceder cientificamente a partir das conquistas da fisiocracia, a maturidade da economia política é, de acordo com Marx, alcançada por Adam Smith¹. Comentando nos *Manuscritos de 1844* a grande descoberta smithiana de ser o trabalho em geral a única fonte do valor, Marx sintetiza o conhecido fundamento de sua crítica à economia política:

Engels tem, pois, razão ao chamar a *Adam Smith* o *Lutero da economia política*. Assim como Lutero (...) aboliu a religiosidade *externa* enquanto fazia da religiosidade a essência *interna* do homem, da mesma maneira em que negava a distinção entre o sacerdote e o leigo porque transferiu o sacerdote para o coração do leigo; assim também fica abolida a riqueza externa ao homem e independente dele (podendo portanto adquirir-se e conservar-se a partir de fora). Quer dizer, a *sua objetividade externa e mecânica* é abolida, pelo fato de a propriedade privada ser incorporada no próprio homem e de este se reconhecer como sua essência (MARX, 1993, p. 183-4).

Abolir a objetividade externa e mecânica da riqueza, ou seja, superar a definição mercantilista que identifica imediatamente a riqueza aos metais preciosos², bem como a teoria fisiocrática

¹ No segundo volume de suas *Teorias da Mais-Valia*, Marx escreve: “Com A. Smith, a economia política atingira certa plenitude, ficara por assim dizer delimitado o domínio que ela abrange, e assim pôde Say, de maneira superficial e sistemática, sintetizá-la num compêndio” (MARX, 1983a, p. 597).

² Como algo que se desenvolve, a economia política tem um início. Sua base é a pergunta sobre o enriquecimento, isto é, de onde vem o aumento da riqueza? Esta questão tem, ela mesma, pressupostos históricos, que Marx localiza na expansão mercantil, fenômeno em que o crescimento da riqueza se põe como finalidade última e que irá desenvolver-se em produção capitalista mediada pelo mercado mundial. Mas a elaboração da questão não estabelece ainda a economia política como ciência. A teoria mercantilista pergunta-se sobre a fonte do *lucro*, formulando a questão do enriquecimento e procurando explicar pois a ampliação da

que vê na natureza uma fonte de valor³, localizando a origem da riqueza na atividade de sujeitos, o trabalho, é a grande contribuição científica de Smith. Nela, o homem se reconhece como a essência da riqueza. Mas, ao mesmo tempo, Smith faz aderir a criação de valor à natureza da atividade do trabalho, e deste modo incorpora a propriedade privada, única forma social da propriedade que estabelece o valor como resultado geral do trabalho humano, na própria essência humana. Isto é, identifica a produção humana com a produção do valor, portanto, assume a propriedade privada como forma natural da propriedade. Trata-se das *robinsonadas* do século XVIII: como o naufrago Robinson Crusó transfere para sua vida isolada na ilha as formas sociais que caracterizam a sociedade burguesa, a filosofia iluminista, que Smith representa, transfere para um estágio primitivo da vida humana a propriedade privada e a qualidade de valor dos produtos do trabalho, que só existem como forma geral quando o capital já tomou o conjunto da produção e transformou a riqueza em uma “imensa coleção de mercadorias” (MARX, 1985a, p. 45). Assim, ao abolir “a riqueza externa ao homem e independente dele”, descobrindo a determinação do valor pela quantidade de trabalho humano, Smith ao mesmo tempo faz do valor uma determinação imanente ao produto da atividade humana. Deste modo, seu mérito e seu limite científicos residem na mesma descoberta, a que se volta a crítica de Marx.

Coerentemente com sua concepção de ciência, Marx expõe a necessidade de investigar a gênese histórica dos processos materiais que a economia política erige em fórmulas gerais e leis abstratas, e constituir assim uma efetiva explicação dessas leis. Nisto se funda a crítica marxiana: a compreensão das leis econômicas, que a economia política apresenta como leis universais, consiste na explicitação de sua *gênese*, que é histórica. A crítica de Marx aos fundamentos da economia política pressupõe seu caráter científico e não significa uma recusa das teorias clássicas, mas a explicitação de seu limite. Além disso, a crítica não é externa ao conteúdo científico da economia política, no sentido de que, corrigido o “erro” de tornar naturais leis econômicas cuja gênese é histórica, o conteúdo da ciência do capital estaria completo. Dele deriva outros erros relativos às próprias leis econômicas da sociedade burguesa.

riqueza. Mas o fato de explicá-la pela troca priva a teoria do estatuto pleno de ciência, pois localiza a gênese da riqueza em uma relação externa a sua produção e com isso explica apenas os movimentos da riqueza *relativa*.

³ Para a fisiocracia, a fonte da ampliação da riqueza é a própria natureza, que multiplica a matéria. O aumento da riqueza é identificado com o aumento do produto físico. Mas a natureza apenas concede a dádiva da ampliação do produto para além do necessário à subsistência do produtor quando há desenvolvimento técnico do trabalho agrícola, possibilitado pelo investimento (em cavalos, por exemplo) por parte de um proprietário rico. Assim, para a fisiocracia, na origem do aumento da riqueza a natureza e a técnica do trabalho se misturam.

Marx explicita o que considera suas próprias contribuições à ciência econômica em uma conhecida carta a Engels de 1867. Referindo-se ao livro primeiro de *O Capital*, Marx escreve:

O que há de melhor no meu livro é: 1) (e é sobre isso que repousa toda a compreensão dos fatos) a colocação em destaque, desde o *primeiro* capítulo, do *duplo caráter do trabalho*, que se exprime em valor de uso ou em valor de troca; 2) A análise da *mais-valia, independentemente de suas formas particulares*: lucro, juros, renda fundiária, etc. (MARX; ENGELS, 1965a, p. 192)

Essas duas descobertas – o trabalho abstrato e a mais-valia separada de suas formas de apropriação – resumem a contribuição científica de Marx à economia política e possibilitam todo o monumental e original desenvolvimento da natureza do capital, desde a gênese do dinheiro à teoria das crises.

A primeira delas, a descoberta do valor como *forma social*, é expressa na categoria de trabalho abstrato, ou no duplo caráter do trabalho. Ela fundamenta as demais descobertas de Marx: sobre ela, “repousa toda a compreensão dos fatos”. Se a investigação científica, em primeiro lugar, explica o objeto a partir de sua gênese e, em segundo, deve buscá-la no próprio objeto, Marx ampliará enormemente a compreensão da gênese do enriquecimento demonstrando não apenas que o valor tem origem no trabalho, mas a origem histórica do trabalho que cria valor. Os clássicos da economia alcançam a gênese do valor na atividade do trabalho, mas fazem do valor um dado positivo do produto da atividade humana, um atributo imanente da riqueza, carente de explicação. Marx rompe com essa compreensão com sua primeira grande descoberta científica no campo da economia, o duplo caráter do trabalho que gera valor⁴. No que diz respeito à primeira determinação da investigação científica – visar à gênese do objeto – a descoberta de Marx é um salto científico: dá um passo além na cadeia genética da criação de valor. Esta descoberta é crítica porque, ao definir o valor como resultado histórico, estabelece ao mesmo tempo as possibilidades objetivas de superar esta forma específica da riqueza a partir de seus próprios resultados.

No que diz respeito ao segundo ponto – buscar a gênese do objeto no próprio objeto – a crítica de Marx a Ricardo deixa entrever como ele mesmo procedeu para dar um passo além na investigação da gênese do valor. A teoria de Ricardo é limitada pelo fato de considerar o fenômeno das trocas “de maneira imediata e direta, como prova ou representação” da lei do

⁴ Para Marx, Ricardo “(...) não apreendeu a forma específica em que o trabalho é elemento do valor, e sobretudo não entendeu que o trabalho individual tem de apresentar-se como trabalho geral abstrato e, nessa forma, *social*. Daí não ter compreendido a conexão da formação do dinheiro com a natureza do valor e com a determinação desse valor pelo tempo de trabalho” (MARX, 1985b, p. 1192). E adiante, no mesmo texto das *Teorias da Mais-Valia* III: “Não faz Ricardo a distinção pertinente entre o trabalho configurado em valores de uso e o configurado em valor de troca. O trabalho, fundamento do valor, não o trabalho particular, com qualidades particulares. Ricardo confunde em regra trabalho representado em valor de uso e trabalho representado em valor de troca. Sem dúvida, esta forma do trabalho é apenas aquela apreendida em forma abstrata” (MARX, 1985b, p. 1193).

valor, sem explicar as mediações que intervêm entre a determinação do valor pelo tempo de trabalho e o preço pelo qual as mercadorias são trocadas na prática⁵. Esta abstração, qual seja, a abstração dos aspectos fenomênicos que imediatamente contradizem a lei do valor, é falsa. Em sua abstração formal, Ricardo busca no fenômeno ou forma de manifestação da lei do valor, ou seja, nas trocas efetivas, a prova desta lei. Nessa identificação imediata da lei do valor com as trocas singulares, o conjunto de mediações que se colocam entre o valor e o preço de uma mercadoria, como o processo de equalização das taxas de lucro na concorrência que fazem do preço uma forma transfigurada do valor, não chega a ser desenvolvido. Assim, ao saltar da lei do valor para suas formas de manifestação, Ricardo não *explica* o fenômeno das trocas, mas o supõe como expressão direta da lei. Sua abstração falseia o objeto.

Portanto, uma das expressões do caráter irrazoável desta abstração formal é a “confusão que Ricardo faz entre preço de custo e valor, ao conceber, como modificações do próprio valor, os nivelamentos dos preços de custo, que não dependem da quantidade de trabalho empregada nos ramos da produção” (MARX, 1985b, p. 1084). As trocas singulares não obedecem imediatamente à teoria do valor-trabalho, na medida em que outras determinações, distintas da quantidade de trabalho que constitui o valor das mercadorias, medeiam a formação dos preços. Este ponto é de fundamental importância já que os preços de custos não se determinam pela quantidade de trabalho, e a identificação entre estes e o valor acaba “lançando assim por terra o princípio todo” (MARX, 1985b, p. 1084). Esta confusão está presente já em Smith. Marx escreve que, depois de ter corretamente derivado a mais-valia “do valor que os trabalhadores acrescentam à matéria acima do valor que adicionam em troca do salário recebido”, Smith

(...) logo prossegue: o capitalista não teria interesse em empregar um capital maior em vez de um menor se os lucros não mantivessem determinada proporção com a magnitude do capital. Explica-se aí o lucro não mais pela natureza da mais-valia e sim pelo “interesse” do capitalista. O que não passa de simples disparate. A. Smith não percebe que, ao identificar de imediato a mais-valia com o lucro e o lucro com a mais-valia, derruba a lei que acabara de formular sobre a origem da mais-valia. Se a mais-valia é só a parte do valor (ou da quantidade de trabalho) a qual o trabalhador adiciona acima da parte que acrescenta à matéria para pagar o salário, por que deveria aquela parte crescer imediatamente em virtude do valor do capital adiantado num caso ser maior que no outro? (MARX, 1980, p. 69)

De fato, não é possível conciliar imediatamente essas duas concepções: uma, a de que o lucro é uma parte do valor, e portanto da quantidade de trabalho incorporada ao produto e, outra, a de que o lucro é proporcional ao capital adiantado. O capital investido em dado ramo

⁵ Marx escreve no segundo livro de suas *Teorias da Mais-Valia*: “Cabe criticá-lo, por um lado, por não avançar nem ser conseqüente bastante na abstração, e assim, por exemplo, ao interpretar o valor da mercadoria, logo se deixa influenciar por considerações relativas a condições concretas de toda espécie; por outro lado, por conceber a forma fenomenal, de maneira imediata e direta, como prova ou representação das leis gerais, sem explicá-la. No primeiro caso, sua abstração é por demais incompleta, e no segundo é abstração formal (formale Abstraktion), falsa em si mesma” (MARX, 1983a, p. 537).

pode crescer devido ao aumento do preço da matéria-prima, por exemplo, de modo que a quantidade de trabalho não se altera, mas o lucro sim. Se assumirmos que o lucro aumenta na mesma proporção do capital investido, nega-se a quantidade de trabalho como fonte do lucro.

Marx soluciona a aparente contradição entre o lucro proporcional ao capital investido e a medida do valor pelo tempo de trabalho por meio da taxa geral de lucro constituída na concorrência, que faz dos preços, formas transfiguradas de valor. O ponto de partida é a distinção entre a mais-valia em si mesma e suas formas de apropriação – lucro, juro e renda fundiária. Essa análise permite explicar o fato de que o quantum de mais-valia produzido por um dado empreendimento capitalista não é em regra o mesmo que ele realiza e incorpora como lucro. A crítica de Marx procede desenvolvendo as contradições entre a forma fenomenal e a lei geral e construindo, com isso, o campo de mediações que possibilitará resolver essas mesmas contradições. Em uma palavra, é crítica dialética.

Os dois pontos basais da crítica da economia de Marx pressupõem a dialética. O primeiro, a descoberta do trabalho abstrato como forma social, é uma categoria que envolve a gênese histórica da universalização do mercado e do capital que faz desabar a ordem feudal, bem como as contradições que essa forma do trabalho produz e que apontam para sua superação. O segundo ponto, a mais-valia como abstração de suas formas concretas de apropriação, alcança o caráter dialético do capital enquanto processo, tanto por apresentar a contradição entre a teoria do valor e o fenômeno das trocas, como por explicitar o movimento contraditório no interior do próprio capital e que se expressa, por exemplo, na lei tendencial à queda da taxa de lucro: a própria ideia de capital como processo que cria as bases de sua superação depende da distinção entre, por exemplo, mais-valia e lucro. Assim, todo o conjunto da teoria que emerge da crítica da economia política pode ser visto como o situar do objeto da ciência econômica em uma ciência da história, necessariamente dialética.

2.2. A dialética na crítica ao liberalismo de Hegel

Mas a compreensão histórico-dialética não é suficiente para explicar os fundamentos desse salto científico. Hegel que, como se sabe, desenvolveu a dialética da história, também se voltou à crítica do liberalismo econômico. Vale recuperar brevemente o modo como a dialética fundamenta a crítica econômica hegeliana.

Hegel fala do ponto de vista do mundo pós-revolucionário. Para ele, a Revolução Francesa como fenômeno histórico-mundial aniquilou todos os fundamentos do antigo regime e criou no mundo objetivo o conceito de um momento novo do espírito. Hegel escreve, em 1807, no Prefácio à *Fenomenologia*: “Aliás, não é difícil ver que nosso tempo é um tempo de

nascimento e trânsito para uma nova época. O espírito rompeu com o mundo de seu ser-aí e de seu representar, que até hoje durou; está a ponto de submergi-lo no passado, e se entrega à tarefa de sua transformação” (HEGEL, 1992, par. 11).

Nesse novo momento do espírito, a Filosofia, alçada a ciência, supera o cristianismo e, correspondentemente, o liberalismo toma o lugar das relações feudais. Seu representar e seu ser-aí rompem com suas figuras anteriores e emergem em novas figuras. À nova figura do ser-aí do espírito, uma nova época histórica, corresponde uma nova figura do representar:

a necessidade *exterior* é idêntica à necessidade *interior* – desde que concebida de modo universal e prescindindo da contingência da pessoa e das motivações individuais – e consiste na figura sob a qual uma época representa o ser-aí de seus momentos. Portanto, a única justificação verdadeira das tentativas, que visam esse fim, seria mostrar que chegou o tempo de elevar a filosofia à condição de ciência; pois, ao demonstrar sua necessidade, estaria ao mesmo realizando sua meta (HEGEL, 1992, par. 5).

“Chegou o tempo” em que a Filosofia deve ser alçada à condição de ciência. Isso significa que apenas em uma dada figura do ser-aí do espírito, sua objetivação característica de uma dada época, a sua representação verdadeira consiste na figura da cientificidade da Filosofia. A afirmação de que “a verdade só no conceito tem o elemento de sua existência” (HEGEL, 1992, par. 6), ou a de que “A verdadeira figura, em que a verdade existe, só pode ser o seu sistema científico” (HEGEL, 1992, par. 5), dizem respeito ao presente, à representação verdadeira do novo espírito do mundo, cujo conceito é posto pela Revolução Francesa. O cristianismo, como o representar verdadeiro de uma figura do espírito que ora submerge no passado, é superado pela Filosofia em sua nova figura de cientificidade que é o sistema conceitual. No cristianismo, “o verdadeiro só existe no que (ou melhor, como o que) se chama quer intuição, quer saber imediato do absoluto, religião”, ou seja, “o contrário da forma do conceito. O absoluto não deve ser conceitualizado, mas somente sentido e intuído; não é o seu conceito, mas seu sentimento e intuição que devem falar em seu nome e ter expressão” (HEGEL, 1992, par. 6). Na intuição ou apreensão imediata do absoluto pelo sentimento, este aparece “como um ponto fixo, e nele, como em seu suporte, se penduram os predicados”, de modo que, em si mesmo, o absoluto é vazio de determinações ou de conteúdo, sendo pura indeterminação.

O cristianismo, em sua época, significou contudo um passo na representação histórica do absoluto uma vez que, ao atribuir a ele um nome, Deus, sem significado próprio, definiu-o como sujeito:

Entretanto é inevitável a questão: por que não se fala apenas do eterno, da ordem moral do mundo etc.; ou, como faziam os antigos, dos conceitos puros do ser, do uno etc., daquilo que tem significação, sem acrescentar o som *sem-significação*? Mas é que através dessa palavra se indica justamente que não se

põe um ser, ou essência, ou universal em geral, e sim algo refletido em si mesmo: - um sujeito (HEGEL, 1992, par. 23).

Essa representação do absoluto não é mais, entretanto, suficiente, e deve ser substituída por uma figura que, assumindo o saber do absoluto como sujeito, o reflita agora em seu movimento.

Certamente, o espírito nunca está em repouso, mas sempre tomado por um movimento para frente. Na criança, depois de um longo período de nutrição tranquila, a primeira respiração – um salto qualitativo – interrompe o lento processo do puro crescimento quantitativo; e a criança está nascida. Do mesmo modo o espírito, que se forma lentamente, tranquilamente, em direção a sua nova figura, vai desmanchando tijolo por tijolo o edifício de seu *mundo* anterior. Seu abalo se revela apenas por sintomas isolados; a frivolidade e o tédio que invadem o que ainda subsiste, o pressentimento vago de um desconhecido, são os sinais precursores de algo diverso que se avizinha. Esse desmoronar-se gradual, que não alterava a fisionomia do todo, é interrompido pelo sol nascente, que revela num clarão a imagem do mundo novo (HEGEL, 1992, par. 11).

A esse mundo novo, revelado no clarão da Revolução Francesa, que põe pela primeira vez seu conceito, corresponde a Filosofia dialética. Ou seja, a concepção de que “O verdadeiro é o todo. Mas o todo é somente a essência que se implementa através de seu desenvolvimento” (HEGEL, 1992, par. 20). No interior de cada época também há um conjunto de metamorfoses silenciosas que, sem alterar a fisionomia do todo, gestam o novo espírito do mundo. Se o espírito sempre esteve em movimento, apenas no momento atual ele pode alçar “o movimento do pôr-se a si mesmo, ou a mediação consigo mesmo do tornar-se outro” à consciência de si. Esta lógica característica das transformações históricas, cujo caráter dialético está em que o novo mundo se engendra por meio do desenvolvimento do antigo, em mudanças paulatinas que não alteram a fisionomia do todo, mas parecem pertencer a ele, até o momento de sua irrupção, em que o antigo todo desmorona, pode agora ser refletida, e esta reflexão é a Filosofia alçada a ciência.

A Revolução é para Hegel a primeira objetivação do conceito de um novo momento do desenvolvimento do espírito, de sorte que este, por um lado, deverá ainda desdobrar sua riqueza de determinações. Hegel escreve:

Falta porém a esse mundo novo – como falta a uma criança recém nascida – uma efetividade acabada; ponto essencial a não ser descuidado. O primeiro despontar é, de início, a imediatez do mundo novo – o seu conceito: como um edifício não está pronto quando se põe seu alicerce, também esse conceito do todo, que foi alcançado, não é o todo mesmo. (HEGEL, 1992, par. 12)

Esse começo que emerge como um salto qualitativo é ao mesmo tempo o conceito simples do todo⁶, ou seja, carente de determinidades e diferenças, e seu momento negativo, apenas

⁶ “(...) a ciência, que é a coroa de um mundo do espírito, não está completa no seu começo. O começo do novo espírito é o produto de uma ampla transformação de múltiplas formas de cultura, o prêmio de um itinerário muito complexo, e também de um esforço e de uma fadiga multiformes. Esse começo (...) é o conceito que veio a ser o *conceito simples* do todo” (HEGEL, 1992, par. 12).

destrutivo, que carece da afirmação ou positividade da nova figura⁷: “(...) Na figura que acaba de aparecer, a consciência sente a falta da expansão e da particularização do conteúdo; ainda mais: falta-lhe aquele aprimoramento da forma, mediante o qual as diferenças são determinadas com segurança e ordenadas segundo sólidas relações” (HEGEL, 1992, par. 13).

Esse momento negativo necessário em que o espírito “rompe com o mundo de seu ser-ai”, não pode ser anulado, já que é a expressão primeira do conceito novo e moderno da liberdade. Por outro lado, dada sua imaturidade e indeterminação, este conceito simples do todo que acaba de emergir e aparece como pura negatividade no momento do terror que se segue à Revolução, pode ser *criticado*: “A ciência que recém começa, e assim não chegou ainda ao remate dos detalhes nem à perfeição da forma, está exposta a [sofrer] crítica por isso” (HEGEL, 1992, par. 14). De fato, Hegel criticou seu mundo recém-nascido. A crítica de Hegel volta-se ao liberalismo econômico e aos rumos que devem levar ao aperfeiçoamento do conceito do novo espírito do mundo.

A forma nova da liberdade que o Espírito manifesta no terror revolucionário deve desenvolver-se em institucionalização dessa liberdade, no Estado moderno⁸. A destituição dos privilégios feudais estabelece o conceito da liberdade individual, mas ela desvincula as *pessoas* ao ponto de estabelecer uma tendência à desagregação social, do todo, e, portanto, do próprio espírito. As relações contratuais que substituem as relações de obrigação pessoal, por um lado, são expressão de liberdade e, por outro, constituem forma que ameaça a unidade, por fazer dos indivíduos átomos com seus próprios interesses privados. Por isso, o Estado tem a dupla função de garantir a liberdade do indivíduo, ou da propriedade, e garantir que o todo não se dissolva pela perda do vínculo comunitário e imersão de cada indivíduo em sua própria pessoa: “Para não deixar que os indivíduos se enraízem e endureçam nesse isolar-se e que, desta forma, o todo se desagregue e o espírito se evapore, o governo deve, de tempos em tempos, sacudi-los em seu íntimo pelas guerras e com isso lhes ferir e perturbar a ordem rotineira e o direito à independência” (HEGEL, 1986, par. 455, apud SAFATLE, 2017, Aula 8).

Além do risco de atomização social oriundo da própria liberdade pessoal de trabalho e propriedade, Hegel reconhece nas sociedades liberais outro motivo para a desagregação da comunidade: a tendência à concentração de riqueza e à conseqüente pauperização. A riqueza

⁷ Vladimir Safatle escreve: “Um pouco como se o jacobinismo fosse a realização política de um desejo pensado como pura negatividade. (...) Sendo assim, tudo se passa como se fosse questão de pensar a política e a continuidade dos ideais da Revolução Francesa *após o impasse jacobino*” (SAFATLE, 2017, Aula 8).

⁸ De acordo com Vladimir Safatle, “o Estado que Hegel procura pensar é o *Estado pós-revolucionário constitucional*, Estado capaz de levar em conta as exigências de reconhecimento e universalidade postas em circulação pela Revolução Francesa” (SAFATLE, 2017, Aula 8).

se amplia pela “*universalização* das conexões entre os homens”, ao mesmo tempo em que “*crece o isolamento e a limitação do trabalho particular*”. Isso leva à “*acumulação de fortunas*” de um lado, e à “*dependência e a extrema necessidade (Not)* da classe (Klasse) ligada a esse trabalho”, por outro⁹.

A queda de uma grande massa de indivíduos abaixo do nível de um certo modo de subsistência necessário a um membro da sociedade, queda que conduz à perda do sentimento do direito, da retidão e honra que se tem quando se vive através de sua própria atividade e trabalho, produz a rale e, ao mesmo tempo, a facilidade de concentrar fortunas desproporcionais em poucas mãos (HEGEL, 1986, par. 244, apud SAFATLE, 2017, Aula 8).

O caminho, contudo, para evitar a desagregação da sociedade pelo liberalismo econômico é o fortalecimento do Estado como meio para a limitação do interesse privado. É necessário que o Estado atue na reconstituição do vínculo entre o indivíduo e o todo da sociedade civil, equilibrando a permanente tensão entre o público e o privado. Daí a guerra, com o risco à vida que apresenta e com o caráter nacionalista da segurança reconquistada, ser um meio para reconexão dos membros do Estado¹⁰. A crítica de Hegel indica, pois, tendências presentes no conceito desse novo espírito do mundo e o modo como o desenvolvimento de seu conceito pode evitar a ameaça de desagregação presente nessas tendências. Mas sua crítica não alcança o conceito mesmo. Nem poderia, uma vez que a Revolução era recente e a dissolução do mundo feudal ainda não havia sequer se completado. O próprio Hegel escreve: “Caso tal crítica [à ciência que recém começa] devesse atingir a essência mesma da ciência, seria tão injusta quanto seria inadmissível não querer reconhecer a exigência do processo de formação cultural” (HEGEL, 1992, par. 14), já que ela ainda deve desenvolver-se.¹¹

⁹ “Quando a sociedade civil não se encontra impedida em sua eficácia, então em si mesma ela realiza uma progressão em sua *população* e em sua *indústria*. Através da *universalização* das conexões entre os homens devido a suas necessidades e ao crescimento dos meios de elaboração e transporte destinados a satisfazê-los, cresce, de um lado, a acumulação de fortunas – porque se tira o maior proveito dessa dupla universalidade. Da mesma forma, do outro lado, cresce o isolamento e a limitação do trabalho particular e, com isto, a *dependência* e a *extrema necessidade (Not)* da classe (Klasse) ligada a este trabalho, a qual se vincula a incapacidade ao sentimento e ao gozo de outras faculdades da sociedade civil, em especial dos proveitos espirituais” (HEGEL, 1986, par. 243, apud SAFATLE, 2017, Aula 8). Nos Manuscritos de 1844, Marx escreve que “O grande mérito da *Fenomenologia* de Hegel e do seu resultado final – a dialética da negatividade enquanto princípio motor e criador – reside, em primeiro lugar, no fato de Hegel conceber a autocriação do homem como processo, a objetivação como perda do objeto, como alienação e como abolição da alienação; e no fato de ainda apreender a natureza do *trabalho* e conceber o homem objetivo (verdadeiro, porque homem real), como resultado de seu *próprio trabalho* (MARX, 1993, p. 245).

¹⁰ Sobre a necessidade das guerras e o conseqüente caráter negativo do Estado, Hegel escreve: “Quanto aos indivíduos, que afundados nessa rotina e direito se desprendem do todo e aspiram ao ser para-si inviolável e à segurança da pessoa, o governo, no trabalho que lhes impõe, deve dar-lhes a sentir o seu senhor: a morte. Por essa dissolução da forma de subsistência, o espírito impede o soçobrar do Dasein ético no natural, preserva o Si de sua consciência e o eleva à liberdade e à força. A essência negativa se mostra como a potência peculiar da comunidade e como a força de sua autoconservação” (HEGEL, 1986, par. 455, apud SAFATLE, 2017, Aula 8).

¹¹ Sobre a atual necessidade de consolidação do liberalismo, Hegel escreve: “A abstração do liberalismo percorreu, a partir da França, o mundo latino, mas permaneceu ajustada à não-liberdade política por intermédio da servidão religiosa” (HEGEL, 1995, p. 370).

Ainda assim, Hegel observa uma contradição importante nesse novo patamar de liberdade posto pela Revolução e que consiste na mencionada tendência à atomização social e à pauperização ou concentração de riqueza. Sua solução é, contudo, o fortalecimento de um componente intrínseco ao próprio liberalismo ou regime de “liberdade de propriedade”, que é o Estado moderno. Vladimir Safatle escreve:

O Estado deve (...), principalmente, retirar os sujeitos de sua completa imersão na mera condição de indivíduos providos de sistemas particulares de interesses. De uma certa forma, o Estado des-individualiza os sujeitos. No entanto, esta des-individualização é condição para a liberdade, pois é possibilidade de abertura do sujeito para algo mais do que a forma isolada e atomizada do indivíduo. Pois Hegel sabe que podemos sofrer por não sermos um indivíduo, ou seja, por não termos conseguido nos realizar como individualidade capaz desse fazer reconhecer no interior da vida social. No entanto, podemos sofrer também por ser apenas um indivíduo, um sofrimento que ganha a forma do isolamento, do esvaziamento e incapacidade de se orientar no interior da ação social. (SAFATLE, 2017, Aula 8)

A crítica da economia política de Marx, diferentemente, atinge o cerne mesmo do liberalismo, a “liberdade de propriedade”, o Estado que lhe corresponde, inclusive a ideia mesma de nacionalidade, e o indivíduo no qual resulta, caracterizado especialmente pela contradição entre vida pública e vida privada. Em Marx, se a alienação social pelo isolamento privado é um dos principais fenômenos que o devir humano deverá superar, ao contrário de pensar o Estado como meio para essa regulação, ou ainda, o Estado ao mesmo tempo como a institucionalização da liberdade, da comunidade e da universalidade humanas, ele é visto como uma manifestação privilegiada da própria alienação¹².

2.3. Revolução e horizonte político em Hegel e Marx

A crítica da economia política de Marx aponta, como se sabe, para a superação do capital como forma da mediação humana, ou seja, de todo um modo de organização da vida, de uma época. Marx apresenta o traço geral de sua divisão da história em três grandes épocas, a pré-capitalista, o capitalismo e o futuro comunismo:

Relações de dependência pessoal (de início, inteiramente espontâneas e naturais) são as primeiras formas sociais nas quais a produtividade humana se desenvolve de maneira limitada e em pontos isolados. Independência pessoal fundada sobre uma dependência *coisa* é a segunda grande forma na qual se constitui pela primeira vez um sistema de metabolismo social universal, de relações universais, de necessidades múltiplas e de capacidades universais. A livre individualidade fundada sobre o desenvolvimento universal dos indivíduos e a subordinação de sua produtividade coletiva, social, como seu poder social, é o terceiro estágio. O segundo estágio cria as condições do terceiro. (Marx, 2011, p. 106)

¹² Marx escreve a respeito da oposição público-privado em Hegel: “Compare-se toda a seção intitulada ‘Sociedade civil’ que segue de perto as características distintivas da filosofia do direito de Hegel. A sociedade civil, na sua oposição ao Estado político, julga-se necessária porque também o estado político se admite como indispensável. A emancipação *política* representa, sem dúvida, um grande progresso. Não constitui, porém, a forma final de emancipação humana, mas é a forma final de emancipação humana *dentro* da ordem mundana até agora existente. Nem vale a pena dizer que estamos aqui a falar da emancipação real, prática” (Marx, 1993, p. 47).

O salto na ciência econômica que a crítica marxiana representa está na base de um projeto revolucionário que faria irromper um novo mundo. Assim, se Hegel fala do ponto de vista pós-revolucionário, Marx fala a partir de certa maturidade do capitalismo, quando “o pressentimento vago de um desconhecido” novamente se insinua, como um espectro que ameaça demolir o mundo posto pela Revolução Francesa.

Embora a defesa da revolução caracterize ambos os pensadores dialéticos¹³, eles falam do ponto de vista de diferentes classes revolucionárias, a partir de distintos *horizontes*. A ideia que esta pesquisa busca perseguir é a de que o salto que a crítica da economia política de Marx significa para a história do pensamento é inseparável de um novo horizonte científico de classe, o ponto de vista da classe trabalhadora, e que este horizonte, além de demandar a concepção dialética da história, é em si mesmo materialista. A revolução burguesa circunscreve o horizonte de Hegel, definindo não apenas sua noção de liberdade, como o caráter idealista de seu pensamento. Para Hegel, a liberdade demanda uma institucionalização estatal que determina o direito como realização da liberdade individual pública, a liberdade da propriedade como direito privado, e mantém a oposição entre as esferas pública e privada, equilibrada pela ação do próprio Estado. O Estado também define o caráter nacional como limite da universalização humana e a reforma protestante como limite da “libertação da consciência”, uma vez que “foi por intermédio da Igreja protestante que se deu a reconciliação da religião com o direito”, necessária após a superação do catolicismo que caracteriza a “servidão religiosa” feudal (HEGEL, 1995, pp. 370, 373, 370).

Essa pesquisa busca desenvolver, a partir da comparação da crítica de Hegel ao liberalismo e da crítica da economia política de Marx, a relação entre materialismo e idealismo, por um lado, e horizonte científico determinado pela perspectiva de classe, por outro. A partir daí, busco investigar aspectos em que a própria dialética, enquanto lógica de desenvolvimento da história, se distingue nos dois grandes pensadores.

Temas como o caráter contingente e aberto da história; a explicitação do caráter de classe, não-neutro, de toda institucionalização, inclusive o Estado; a possibilidade de

¹³ Embora a crítica hegeliana se dê no sentido da mais plena realização efetiva do liberalismo por meio da institucionalidade estatal, o que o aproxima dos pensadores modernos iluministas, Hegel leva os ideais da Revolução Francesa às últimas consequências e, distintamente de seus predecessores contratualistas, defende, por exemplo, a autonomia dos Estados coloniais. Em seu artigo “Hegel e o Haiti”, Susan Buck-Morss mostra que Hegel defende tanto a autonomia das nações como a liberdade individual para aquele *outro* que até então estava excluído da humanidade pelos pensadores europeus. Destaca, por exemplo, a vista grossa de Rousseau ao *Code Noir* francês que, ao institucionalizar a escravidão negra, contradiz frontalmente o princípio rousseuista segundo o qual a legalidade e escravidão são incompatíveis. Hegel é consequente ao tornar efetivamente universal seu princípio de liberdade nacional, a despeito de esta universalização contrariar os interesses econômicos da burguesia europeia, que depende em grande parte da exploração escravista colonial para garantir sua própria liberdade individual.

superação de organizações tão antigas quanto a família e o patriarcado; estão inscritos na amplitude que a dialética recebe com Marx, quando fala a partir de um *horizonte* que não estava ainda historicamente aberto a Hegel, mas que pode ser visto, por outro lado, como sua verdadeira herança. Herança que, dialeticamente, não pode senão ser um desenvolvimento *crítico* do pensamento de Hegel.

Por que mais uma vez abordar uma questão tão amplamente comentada no âmbito de diferentes campos das ciências humanas e da filosofia? Primeiro, parece-me que a dialética como desenvolvimento do espírito, por um lado, e como materialismo histórico, por outro, é um tema bem mais referido ou mobilizado para abordar outros assuntos do que efetivamente examinado e estudado. Além disso, entre os estudos que abordam o tema, não é comum o vermos focado pelo prisma das relações econômicas, e a crítica ao liberalismo de Hegel é relativamente pouco considerada por si mesma, e menos ainda no contexto do estudo da dialética.

Para além do interesse filosófico no desenvolvimento de um modo de conceber a história humana, essa pesquisa também busca discutir as tendências e caminhos apontados por Hegel e por Marx para pensar as possibilidades de transformação inscritas na realidade atual, uma vez que capitalismo, liberalismo, classes sociais e Estados nacionais continuam caracterizando a organização social hoje e constituindo ponto de partida para construção da liberdade/emancipação que os grandes pensadores dialéticos visavam. Esse estudo tem, pois, como sentido último, refletir sobre o alcance político desse arcabouço teórico.

3. Metodologia e Resultados

Início a pesquisa com uma sistematização da crítica de Marx da economia política, a partir dos textos econômicos ditos de maturidade, escritos a partir de 1857: *Contribuição à Crítica da Economia Política*, *O Capital* e seus esboços, os manuscritos que vieram a compor as *Teorias da Mais-Valia*. Começo por esta elaboração porque se trata de textos de Marx com os quais já tenho considerável familiaridade, por tê-los estudado nas pesquisas de mestrado e doutorado¹⁴. De posse das teses econômicas de Marx expostas n'*O Capital*, busco recompor a história da ciência econômica como meio de caracterizar o alcance *político* da crítica de Marx.

¹⁴ Para a pesquisa de mestrado, estudei os três livros d'*O Capital*, particularmente o terceiro, para caracterizar o capital como produtivo e improdutivo e suas respectivas formas de apropriação do mais-valor. Esta pesquisa foi publicada em livro com auxílio da FAPESP em 2012, com o título *Trabalho produtivo em Karl Marx: velhas e novas questões*. No doutorado, realizado com bolsa FAPESP, estudei a relação entre conhecimento e produção de valor na obra de Marx, com a finalidade de explicar e situar no conjunto da reprodução social o modo de valorização do capital investido em ciência e remunerado por patentes. Para isso, recuperei categorias fundamentais como sociabilidade, trabalho, auto-produção nos *Manuscritos de 1844* e na *Ideologia Alemã*; a

Em um segundo momento, proponho-me a ler os textos em que Hegel aborda o tema do trabalho, das trocas, da produção de riqueza e da sociedade civil em geral, com o objetivo de explicar a afirmação de Marx, segundo a qual “o ponto de partida de Hegel é o da moderna economia política” (MARX, 1993, p. 245). Busco desenvolver a conexão entre a análise econômica de Hegel e sua defesa do Estado constitucional, estudando os *Princípios da Filosofia do Direito*, particularmente a terceira parte sobre a moralidade objetiva, e também a *Filosofia da História*, especialmente a quarta parte, sobre o mundo germânico.

Em seguida, voltarei a atenção para os textos em que Marx critica diretamente a filosofia de Hegel, buscando a conexão entre a crítica do idealismo, do Estado e do trabalho alienado, que precedem e justificam sua própria e monumental análise dialética da “sociedade civil” exposta n’*O Capital*¹⁵. São eles a *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* e os *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, particularmente o terceiro, em que a dialética de Hegel é diretamente criticada.

Para o estudo dos textos Hegel, além dos comentadores clássicos J. Hyppolite, A. Kojève e G. Lebrun, conto especialmente com a orientação de Vladimir Safatle, cuja leitura dos textos clássicos não perde de vista os problemas que o mundo contemporâneo propõe à filosofia. Para uma reconstituição da economia política e do liberalismo, conto com a leitura dos economistas clássicos, de W. Petty a D. Ricardo, e de comentadores importantes, como R. Meek e R. Kuntz. Para a crítica marxiana da economia política e seu caráter dialético, busco recorrer a leituras clássicas de sua obra, desde I. Rubin, G. Lukács e R. Rosdolski, bem como aos autores organizados em torno das revistas *New Left Review* e *Actuel Marx*. Os autores que contribuem para esta última, em particular Jacques Bidet, serão também privilegiados para o estudo das relações entre Hegel e Marx, na medida em que a revista apresenta uma profusão de textos em torno deste tema.

Nos três momentos que compõem a pesquisa, busco pois me apoiar e debater com os autores que pretendem atualizar o pensamento dialético para pensar os meios de emancipação

apresentação de Marx de sua dialética da história, exposta no texto sobre as formações pré-capitalista, que compõem os *Grundrisse* de 1857-58, e debates acerca da teoria do valor.

¹⁵ No Prefácio de 1859, Marx escreve: “O primeiro trabalho que empreendi para esclarecer as dúvidas que me assaltavam foi uma revisão crítica da Filosofia do Direito, de Hegel, trabalho, cuja introdução apareceu nos Anais Franco-Alemães, publicados em Paris, em 1844. Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas – assim como as formas de Estado – não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se pelo contrário nas condições materiais de existência de que Hegel, à semelhança dos ingleses e franceses do século XVIII, compreende o conjunto pela designação de ‘sociedade civil’; por seu lado, a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política” (MARX, 2008, p. 46-7).

hoje. Para isso, pretendo dedicar um intervalo para estudar e tomar parte do debate atual, com os professores que se agrupam em torno do projeto *Actuel Marx*, em um estágio no exterior.

Como produtos da pesquisa, pretendo redigir e publicar artigos com resultados parciais da pesquisa. Primeiro, um artigo sistematizando a presença da dialética na crítica da economia política de Marx e, segundo, um artigo expondo a relação entre a dialética da história e a crítica do liberalismo em Hegel. Além desses, pretendo elaborar uma apresentação das diferenças formas de mobilização da dialética para a análise das contradições sociais atuais a partir da coleta e estudo dos materiais produzidos em torno da Revista *Actuel Marx*. Por fim, proponho-me a escrever um ensaio relacionando o materialismo histórico de Marx e o movimento do espírito na história de Hegel – suas diferentes apreensões da dialética – com os distintos horizontes de classe que os filósofos refletem, costurando o conjunto dos temas estudados no período em uma interpretação da herança hegeliana em Marx.

4. Estágio no Exterior

O grupo de pesquisadores organizado em torno da revista *Actuel Marx*, e que atua em diversas universidades francesas é um contexto especialmente rico não apenas para o debate relativo às obras de Marx e de Hegel, mas também para a discussão que mobiliza os aportes teóricos dos dois grandes pensadores dialéticos com a finalidade de abordar a nova organização da economia mundo e suas formas políticas visando às possibilidades de transformação inscritas no presente. Os movimentos do presente, as relações entre política, economia e subjetividade, o debate que opõe comunismo à democracia direta, a atualidade da crítica à economia política, o tema do tempo e da história, a questão da revolução proletária e das reivindicações de grupos específicos, o papel dos Estados nacionais e a constituição de uma classe dominante mundial são temas do trabalho deste amplo grupo de cujas produções pretendo apropriar-me e com o qual busco debater. Assim, tenho como finalidade mobilizar o estudo e a sistematização dos textos de Marx e Hegel realizados em um período inicial da pesquisa para fundamentar um período subsequente de estudos no exterior.

5. Cronograma

Período	Atividade	Produto
2018 – 1º semestre	Sistematização da crítica da economia política de Marx, destacando o papel central da dialética nesta crítica.	Redação de um artigo sobre o tema.
2018 – 2º semestre	Estudo da crítica ao liberalismo realizada por Hegel, conforme expostas nos três textos que abordam o tema.	Redação de um artigo sobre o tema.
2019 – 1º semestre	Estágio no exterior	Pesquisa de materiais e/ou presença

		em cursos em Universidade francesa.
2019 – 2º semestre	Estágio no exterior	Pesquisa de materiais e/ou presença cursos em Universidade francesa.
2020 – 1º semestre	Sistematização dos diferentes horizontes políticos de pesquisadores atuais e sua utilização da dialética.	Redação de artigo sobre as diferentes formas de mobilização da dialética para abordar a alienação social.
2020 – 2º semestre	Reelaboração dos estudos dos textos de Marx e Hegel a partir dos debates e das leituras apreciadas.	Redação de um ensaio que reinterpreta a herança hegeliana em Marx.

Bibliografia

- ARANTES, Paulo Eduardo. *Hegel - A ordem do tempo*. São Paulo: Polis, 1981.
- ARTHUR, Chris. Hegel's Master/Slave Dialectic and a Myth of Marxology. In: *New Left Review* nº 67, London, Nov/1983.
- BALIBAR, Étienne. Les «deux découvertes» de Marx. In: *Actuel Marx: Pourquoi Marx?* nº 50, 2011/2. Presses Universitaires de France, pp. 44-60.
- BADIOU, Alain. *A hipótese comunista*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo : Boitempo, 2012.
- BIDET, Jacques. The Dialectician's Interpretation of Capital on Christopher Arthur: The New Dialectic and Marx's Capital. In: *Historical Materialism* v. 13, 2005.
- _____. Le communisme entre philosophie, prophétie et théorie. In: *Actuel Marx : Communisme?* nº 48, 2010/2, Presses Universitaires de France, pp. 89-104.
- _____. Le sujet interpellé : au-delà d'Althusser et de Butler. In: *Actuel Marx: Marxismes écologiques* nº 61, 2017/1, Presses Universitaires de France, pp. 184-201.
- _____. Le concept de classe dominante, de l'État-Nation à l'État-Monde. In: *Actuel Marx: Une classe dominante mondiale?* Nº 60, 2016/2, Presses Universitaires de France, pp. 106-120.
- _____. Le marxisme face à l'histoire globale. In: *Actuel Marx: Histoire globale* nº 53, 2013/1, Presses Universitaires de France, pp. 106-120.
- BIDET, J.; DUMÉNIL, G.; LINDNER, U. Le capital de Marx, quelle interprétation et quel usage? (Débat) In: *Actuel Marx: Les Amériques indiennes face au néolibéralisme* nº 56, 2014/2. Presses Universitaires de France, pp. 180-195.
- BLOCH, Ernst. *Sujeto-Objeto. O pensamento de Hegel*. Tradução de Wenceslao Roces, José Maria Ripalda, Guillermo Hirata e Justo Pérez del Corral. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.
- BORGEOIS, Bernard. *Le Droit Naturel de Hegel – Comentario*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1986.
- BOWLEY, Marian. Some Aspects of the Treatment of Capital in The Wealth of Nations. In: *Essays on Adam Smith*, ed. Andrew Skinner and Thomas Wilson, pp. 361–76. Oxford: Oxford University Press, 1975.
- _____. *Studies in the History of Economic Theory Before 1870*. London: Macmillan and Co., 1973.
- BUCK-MORSS, Susan. Hegel e o Haiti. In: **Referência**
- CHASIN, José. Marx: “Estatuto ontológico e resolução metodológica”. In: TEIXEIRA, Francisco José. *Pensando com Marx – uma leitura crítico-comentada de O Capital*. Posfácio. São Paulo: Ensaio, 1995.
- CHÂTELET, François. *Hegel*. Paris: Écrivains de Toujours/Seuil, 1987.
- CLOCHEC, Paulin. Le libéralisme de Marx. In: *Actuel Marx: Les Amériques indiennes face au néolibéralisme* nº 56, 2014/2. Presses Universitaires de France, pp. 109-123.
- COTRIM, Ivan. *Karl Marx – A determinação ontonegativa originária do valor*. São Paulo: Alameda, 2011.
- COTRIM, Vera. *Trabalho produtivo em Karl Marx – velhas e novas questões*. São Paulo, Alameda, 2012.
- DUMENIL, G. ; WALLERSTEIN, I. Crises de l'économie-monde et dépassement du capitalisme : années 1970-années 2000. In: *Actuel Marx: Communisme?* nº 48, 2010/2, Presses Universitaires de France, pp. 179-194.
- DUMONT, Louis. *From Mandeville to Marx: The Genesis and Triumph of Economic Ideology*. Chicago: University of Chicago Press, 1977.
- DUNAYEVSKAYA, Raya. *The power of negativity: Selected writings on the dialectic in Hegel and Marx*, CIDADE Editors: Peter Hudis and Kevin B. Anderson, 2001.
- _____. *Philosophy and revolution: From Hegel to Sartre, and from Marx to Mao*. Nova Iorque: Lexington Books, 2003.

- FAUSTO, Ruy, “Pós-grande indústria nos Grundrisse (e para além deles)”, in *Lua Nova*, São Paulo, nº 19, pp. 47-67, Nov. 1989.
- _____. *Marx: Lógica e Política - Investigações para uma reconstrução do sentido da dialética*. Tomo I: São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Marx: Lógica e Política - Investigações para uma reconstrução do sentido da dialética*. Tomo III: São Paulo: Editora 34, 2002.
- FISCHBACH, Franck. *Activité, Passivité, Aliénation. Une lecture des Manuscrits de 1844*. In: *Actuel Marx: Nouvelles aliénations*, nº 39, 2006/1, Presses Universitaires de France, pp. 13-27.
- FLEISCHACKER, Samuel. *On Adam Smith's Wealth of Nations: a philosophical companion*. Princeton University Press: Princeton e Londres, 2004.
- FRASER, Ian. *Two of a Kind: Hegel, Marx, Dialectic and Form*, 1997. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/030981689706100105>
- GERMER, C. M. “A relação abstrato/concreto no método da economia política”. In: Corazza, Gentil. (Org.). *Métodos da ciência econômica*. 1ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, v. 1, p. 61-92.
- _____. “Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social”. In: *Crítica Marxista*, v. 29, p. 75-95, 2009.
- GIANNOTTI, J.A. *Trabalho e reflexão. Ensaio para uma dialética da sociabilidade*. S. Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *Exercícios de Filosofia*. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980.
- GLADSTONE, Marcia Daly. *The Genesis of Historical Materialism: A Study of the Early Writings of Karl Marx*, University of California, Berkeley, 1957.
- GRESPLAN, Jorge Luís da Silva. *O negativo do capital*. São Paulo: Editora Hucitec; FAPESP, 1999.
- _____. *Capital fixo e circulante, ou, algumas considerações sobre o conceito clássico de tempo*. In: Luiz Eduardo Simões de Souza. (Org.). *Ideologia e Ciência Econômica: estudos de caso*. São Paulo: LCTE editora, 2006, v. , p. 67-76.
- _____. *As formas da mais-valia: concorrência e distribuição no Livro III de O Capital*. In: *Crítica Marxista* n. 33. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2011, pp. 9-30.
- GUNN, J. A. W. *Beyond Liberty and Property: The Process of Self-Recognition in Eighteenth-Century Political Thought*. Kingston: McGill-Queen's University Press, 1983.
- HABER, Stéphane. *Que faut-il reprocher aux Manuscrits de 1844?* In: *Actuel Marx: Nouvelles aliénations* nº 39, 2006/1, Presses Universitaires de France, pp. 55-70.
- HEGEL, Georg W. F. *Filosofia da História*. Tradução de Maria Rodrigues e Hans Harden. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1995.
- _____. *Leciones sobre la Filosofia de la Historia Universal*. Tradução de José Gaos. Madri: Alianza Editorial, 1985.
- _____. *Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte*, Werke 12, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986.
- _____. *La raison dans l'Histoire – Introduction à la Philosophie de l'Histoire*. Tradução de Kostas Papaïannou. Paris: Union Générale d'Éditions, 1979.
- _____. *Princípios da Filosofia do Direito*. Tradução de Orlando Vitorino. Lisboa: Guimarães Editores, 1986.
- _____. *Principes de la Philosophie du Droit ou Droit Naturel et Science de l'État en Abrégé*. Tradução de Robert Derathé. Paris: Librairie Philophique J. Vrin, 2ª edição, 1989.
- _____. *Grundlinien der Philosophie des Rechts*, Werke 7, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986.
- _____. *Fenomenologia do Espírito*. Tradução de Paulo Meneses, com a colaboração de Karl-Heinz Effen. 2 volumes. Petrópolis: Vozes, 1992.
- _____. *La phénoménologie de l'esprit*. Tradução de Jean Hyppolite. Paris: Aubier, 1977, 2 volumes.
- _____. *Fenomenología del Espíritu*. Tradução de Wenceslao Roces. México; Madri: Fondo de Cultura Económica; F. C. E., 1966.
- _____. *Phänomenologie des Geistes*, Werke 3, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986.
- _____. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Epítome*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1988/1989, 2 volumes.
- HEINRICH, Michael. *An Introduction to the three volumes of Karl Marx's Capital*. Tradução de Alexander Locascio. Nova York: Monthly Review Press, 2004.

- _____. Capital in general and the structure of Marx's Capital: new insights from Marx's economic manuscript of 1861-1863. In: *Capital and Class* nº 38, 1989, pp. 63-79.
- HETZEL, Ludovic. La dialectique matérialiste dans Le Capital. Quelques pistes pour rouvrir un vieux chantier. In: *Actuel Marx: Néolibéralisme: rebond/rechute* nº 51, 2012/1, Presses Universitaires de France, pp. 118-133.
- HYPPPOLITE, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Tradução de José Marcos Lima. Lisboa: Edições 70, 1988.
- _____. *Genèse et structure de la Phénoménologie de l'Esprit de Hegel*. Paris: Aubier, 1978.
- HONT, Istvan; IGNATIEFF, Michael. Needs and Justice in The Wealth of Nations: An Introductory Essay. In: *Wealth and Virtue: The Shaping of Political Economy in the Scottish Enlightenment*. Ed. Istvan Hont and Michael Ignatieff, pp. 1-44. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- HOWARD, Dick. *The development of the Marxian dialectic*. Southern Illinois University Press, 1972.
- KOJÈVE, Alexandre. *Introdução à leitura de Hegel*. Paris: Gallimard, 1985.
- KUNTZ, Rolf. *Capitalismo e natureza: ensaio sobre os fundadores da economia política*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. François Quesnay e a fundação da economia moderna. In: *Quesnay. Economia. (Introdução)*. São Paulo: Ática, 1984.
- LAZONICK, William. Karl Marx and Enclosures in England. In: *Review of Radical Political Economics* nº 6, 1974, pp. 1-58.
- LEBRUN, Gerard. *A paciência do conceito. Ensaio sobre o discurso hegeliano*. São Paulo: Unesp, 2006.
- LOCKE, John. *Several Papers Relating to Money, Interest, and Trade*. 1696. Reprint, New York: Augustus M. Kelley, 1968.
- LUKÁCS, György. *Ontologia do ser social – Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- _____. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social – questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*. Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. Marx e o problema da decadência ideológica. In: *Marxismo e a teoria da literatura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *El joven Hegel y los problemas de la sociedad capitalista*. Tradução de Manuel Sacristán. Barcelona: Grijalbo, 1976.
- MANDEL, Ernest. *“El Capital” – Cien años de controversias em torno a la obra de Karl Marx*, México: Siglo veintiuno editores, 1985.
- _____. *A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx – De 1843 até a redação de O Capital*, Col. Biblioteca de Ciências Sociais, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- MAROUBY, Christian. *L'économie de la nature: Essai sur Adam Smith et l'anthropologie de la croissance*. Paris: Éditions du Seuil, 2004.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômico Filosóficos*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1993.
- _____. *Manuscritos Econômico Filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010a.
- _____. *Manuscrits Économico-Philosophiques de 1844*. Tradução de Franck Fischbach. Paris: Vrin, 2007.
- _____. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010b.
- _____. *Zur Kritik der Hegeischen Rechtsphilosophie*. MEW, Band 1, Berlin: Dietz Verlag, 1981, pp. 201-333.
- _____. *Teorias da mais-valia. História crítica do pensamento econômico – Vol. I*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Difel, 1980.
- _____. *Theorien über den Mehrwert, Erster Teil*, MEW, Band 26.1. Berlin: Dietz Verlag, 1965.
- _____. *Teorias da mais-valia. História crítica do pensamento econômico – Vol. II*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Difel, 1983a.
- _____. *Theorien über den Mehrwert, Zweiter Teil*, MEW, Band 26.2. Berlin: Dietz Verlag, 1967.
- _____. *Teorias da mais-valia. História crítica do pensamento econômico – Vol. III*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Difel, 1985b.
- _____. *Theorien über den Mehrwert, Dritter Teil*, MEW, Band 26.3. Berlin: Dietz Verlag, 1968.
- _____. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Tradução de Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

- _____. *Ökonomische Manuskripte 1857-1858*, MEW Band 42, Berlin: Dietz Verlag, 1983b.
- _____. *O Capital – Crítica da economia política – Livro primeiro*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Coordenação e revisão de Paul Singer. Coleção Os economistas Vols. I e II. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.
- _____. *A Mercadoria*. Tradução, Apresentação e Comentários de Jorge Grespan. Col. Ensaios Comentados. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. *Das Kapital - Kritik der politischen Ökonomie - Erster Band - Buch I: Der Produktionsprozeß des Kapitals*, MEW Band 23, Berlin: Dietz Verlag, 1962.
- _____. *O Capital – Crítica da economia política – Livro terceiro*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Coordenação e revisão de Paul Singer. Coleção Os economistas Vols. IV e V. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- _____. *Das Kapital - Kritik der politischen Ökonomie Dritter Band - Buch III: Der Gesamtprozeß der kapitalistischen Produktion* (Editado por Friedrich Engels), MEW Band 25, Berlin: Dietz Verlag, 1964.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. *Para a crítica da economia política*. Tradução de José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. Coleção *Os Pensadores*, São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- _____. *Zur Kritik der politischen Ökonomie*. MEW Band 13, Berlin: Dietz Verlag, 1961.
- _____. *Crítica ao Programa de Gotha*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *Kritik des Gothaer Programms*. MEW 19, Berlin: Dietz Verlag, 1987.
- _____. *Para a Crítica da Economia Política – Manuscrito de 1861-63, Cadernos I a V – terceiro Capítulo, O capital em geral*. Tradução de Leonardo de Deus. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- _____. *O Capital - Capítulo VI (Inédito)*. Tradução de Eduardo Sucupira Filho e Célia Regina de Andrade Bruni. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- MARX, K; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã - Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *A sagrada família - ou crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. Tradução de Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. *Selected Correspondence*, 2ª ed., Moscou: Progress Publishers, 1965a.
- _____. *Briefe Oktober 1864 – Dezember 1867*, MEW Band 31, Berlin: Dietz Verlag, 1965b.
- MAZZUCHELLI, F. *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MEANEY, Mark E. *Capital as Organic Unity: The Role of Hegel's Science of Logic in Marx's Grundrisse*. Londres, 2002.
- MEEK, Ronald L. *The economics of physiocracy*. Londres: Allen & Unwin, 1963.
- _____. *Economics and Ideology and Other Essays: studies in the development of economic thought*. Chapman and Hall, 40s.
- _____. *Smith, Marx and after*. VER EDITORA
- MILL, Stuart. *Princípios de Economia Política*, São Paulo: Abril Cultural, 1986.
- MONZANI, Luiz R. Raízes filosóficas da noção de ordem nos fisiocratas. In: *Discurso 44*, 2014, pp. 9-54.
- MORAES NETO, B. R. Automação e trabalho: Marx igual a Adam Smith? In: *Estudos Econômicos, IPE-FEA-USP*, vol. 25, nº 1, 1995.
- MOUFFE, Chantal. Communisme ou démocratie radicale? In: *Actuel Marx: Communisme?* nº 48, 2010/2, Presses Universitaires de France, pp. 83-88.
- MUSTO, Marcello. A formação da crítica de Marx à economia política: dos estudos de 1843 aos Grundrisse. In: *Crítica Marxista* nº 33. São Paulo: Unesp, 2011, pp. 31-65.
- NICOLAUS, Martin. Proletariat and middle class in Marx: Hegelian choreography and capitalist dialectic. In: *Studies on the Left* vol. 7, 1967, pp. 22-49.
- PETTY, William. Inclosing Commons. In: *The Petty Papers*. (Ed. Marquis of Lansdowne). 2 vols. London: Constable and Co., 1927.
- _____. "The Wealth of England". In: *The Petty Papers*. (Ed. Marquis of Lansdowne). 2 vols. London: Constable and Co., 1927.

- PLANTY-BOUNJOUR, Guy (Org.). *Droit et liberté selon Hegel*. Collection Travaux du Centre de recherche et de documentation sur Hegel et sur Marx. Paris: Presses Universitaires de France, 1986.
- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social*. Tradução de Amilton Reis e Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. Le sujet de l'histoire : Repenser la critique de Hegel dans l'œuvre marxienne de maturité. In: *Actuel Marx: Pourquoi Marx?* n° 50, 2011/2, Presses Universitaires de France, pp. 61-78.
- QUINIOU, Yvon. Pour une actualisation du concept d'aliénation. In: *Actuel Marx: Nouvelles aliénations*, n° 39, 2006/1, Presses Universitaires de France, pp. 71-88.
- READ, Jason. O trabalho das contradições, com Hegel, Marx e Spinoza. 2013. Disponível em: <http://uninomade.net/tenda/o-trabalho-das-contradicoes-com-hegel-marx-e-spinoza/>
- RENAULT, Emmanuel. Comment Marx se réfère-t-il au travail et à la domination? In: *Actuel Marx: Travail et domination* n° 49, 2011/1, Presses Universitaires de France, pp. 15-31.
- REICHEL, Helmut. Que método Marx ocultou? In: *Crítica Marxista* n° 33. São Paulo: Unesp, 2011, pp. 67-82.
- RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. Tradução de Rolf Kuntz. Trechos selecionados. São Paulo: Abril Cultural. Coleção Os pensadores, volume Adam Smith, Ricardo. 2ª edição. 1979.
- _____. *Principles of political economy and taxation*. Nova York: Dover Publications, 2004.
- _____. Essay on Profits In: *The Works and Correspondence of David Ricardo*, ed. Piero Sraffa. Vol. 4. Cambridge: Cambridge University Press, 1962.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- SAFATLE, Vladimir. *Grande Hotel Abismo. Por uma reconstrução da teoria do reconhecimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- _____. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- _____. *Lógicas do Reconhecimento* (curso). Aulas 7, 8, 9. Disponível em: filosofia.fflch.usp.br/docentes/safatle/aulas_grad. Acessado em agosto/2017.
- _____. Por um conceito antipredicativo de reconhecimento. **Referência**
- _____. Materialismo e dialética sem Aufhebung. **Referência**
- SAYERS, S. The concept of labour: Marx and his critics. In: *Science and Society*, vol. 71, n° 4, 2007, p. 431-454.
- SEKINE, Thomas T. *The Dialectic of Capital: A Study of the Inner Logic of Capitalism*. York University, 2v., 1983.
- SEKINE, Thomas T. *An Outline of the Dialectic of Capital*. Suffolk, 2v., 1997.
- SELVA, Ana C. B. Albinati. Gênese, função e crítica dos valores morais nos textos de 1841 a 1847 de Karl Marx. In: *Ad Hominem I – Tomo IV Dossiê Marx*. São Paulo: Ad Hominem/Unijuí, 2001.
- SKILLMAN, Gilbert L., Value theory vs. historical analysis in Marx's account of capitalist exploitation. In: *Science and Society*, vol. 71, n° 2, 2007, pp. 203-226.
- SKINNER, A. S.; WILSON, T. *Essays on Adam Smith*. Oxford: Clarendon Press, 1975.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Tradução de Alexandre Amaral Rodrigues e Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Chicago: Encyclopedia Britannica, 1952.
- _____. *Lectures on Jurisprudence*. Ed. R. L. Meek, D. D. Raphael, and P. G. Stein. Oxford: Oxford University Press, 1978.
- SMITH, Cyril. Hegel & Capital; Marx's Critique of Political Philosophy; Marx's Critique of Hegel; Historical Materialism; Marx, Hegel, the Enlightenment and Magic. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/smith-cyril/index.htm>. Acesso em agosto/2017.
- SMITH, Tony. *Dialectical Social Theory and its Critics: From Hegel to Analytical Marxism and Postmodernism*. Nova Iorque: State University of New York, 1993.
- STERN, Robert. *Hegel and the Phenomenology of Spirit*. Londres: Routledge, 2002.
- VAYSSE, Jean-Marie. *Hegel: temps et histoire*. Collection Philosophies. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.
- ŽIŽEK, Slavoj. Pour un retour à la critique de l'économie politique. In: *Actuel Marx: Communisme?* n° 48, 2010/2, Presses Universitaires de France, pp. 60 à 82.